



BENEFICIÁRIOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS: IMPACTO DAS BOAS PRÁTICAS EM SAÚDE COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Nádile Juliane Costa de Castro^I ORCID: 0000-0002-7675-5106

Raimundo Abreu dos Santos^I ORCID: 0000-0001-8161-9056

Jainara de Souza Araújo^I ORCID: 0000-0002-2923-3081

Nyvia Cristina dos Santos Lima^I ORCID: 0000-0002-4335-6715

Deisiane da Silva Mesquita^{II} ORCID: 0000-0001-8724-0282

^I Universidade Federal do Pará (UFPA)

^{II} Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)



Autora Correspondente

Nádile Juliane Costa de Castro

nadiledecastro@ufpa.br

RESUMO

Objetivo: Relatar atividades sobre beneficiários de ações afirmativas e os impactos das ações para as populações vulneráveis. **Método:** Relato descritivo sobre webinar realizada no mês de outubro de 2022. Participaram dois facilitadores e um coordenador no tempo de 90 minutos. **Resultado:** Foram realizadas exposição das ações de adaptação promovidas na graduação, para disseminação sobre o combate ao racismo e acompanhamento por projeto de extensão no período da pandemia. **Considerações finais:** A partir dos processos verificou-se a necessidade de implementações para o acompanhamento dos discentes no percurso da graduação, assim como da inclusão destes na pós-graduação, a fim de ampliar o protagonismo na pesquisa e possibilitar discussão sobre peculiaridades das populações em situação de vulnerabilidade social. Quanto o papel da universidade conclui-se que tem o papel social de acompanhar os vulneráveis o que foi identificado no percurso da adaptação

Descritores: Populações Vulneráveis; Políticas Públicas; Estudantes; Pandemia; Grupos Étnicos.

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas são políticas públicas que visam a democratização do acesso ao emprego e educação e o combate à discriminação que ocorrem com grupos historicamente excluídos por questões étnicas, racial e de gênero. Nota-se que promove a inclusão socioeconômica em virtude de possibilitar melhores condições de vida e qualificação profissional, subsidia reconhecimento e continuidade de culturas, combate ao racismo e preconceito, e, sobretudo, possibilita uma formação profissional equânime^(1,2).

Os beneficiários são principalmente negros, indígenas, quilombolas, pessoa com deficiência e mulheres. Esses grupos devem ser percebidos a partir de suas peculiaridades sociais e especificidades, considerando o respeito a diferença e à diversidade^(3,4). Também vai ao encontro da justiça social, pela exigência da redistribuição e reconhecimento de identidades⁽⁵⁾. Oportunizam acesso à educação, saúde, redes de proteção social, transformam vidas, oportunizam diminuição de iniquidades sociais e combatem o racismo^(6,7).

Na educação superior, tem se efetivado por meio da Lei de Cotas e essencialmente possibilita a diversidade e a pluralidade nos espaços acadêmicos, promovendo interação entre discentes, docentes e comunidade em geral, por meio de um movimento importante pela inserção de pautas específicas sobre questões étnicas-raciais na graduação⁽⁴⁾. Não obstante, geram polêmicas, debates sobre constituição de identidades e estimulam reflexão sobre os constructos das políticas públicas e seus desdobramentos, como, por exemplo, os instrumentos que subsidiam as suas ações^(8, 2).

Nessa perspectiva, provocam desafios que devem ser implementados por projetos de extensão, pesquisa e ensino, e são importantes para incluir debates, desconstruir padrões, acolher diversidade de experiências, elucidar referências teóricas e pedagógicas e romper padrões desiguais e discriminatórios^(9,10). Tem-se apontado ações diversas que tem subsidiado reflexões acerca da inclusão, permanência dos discentes e dos auxílios para diminuir a evasão^(11, 2).

Na formação em saúde, é uma dinâmica que possibilita dialogar sobre ações e instrumentos engessados pelo modelo biomédico e eurocêntrico, desconstruindo conceitos e sinalizando necessidades e especificidades nos produtos técnicos e tecnológicos e na assistência direta⁽¹²⁾. Destaca-se que esses instrumentos, potencialmente usados para treinamento dos futuros profissionais, registram perfis, agravos e ações da rede de Atenção à Saúde (RAS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Logo, a discussão dos elementos que compõe sua estrutura possibilita refletir sobre modelos e processos.

O desenvolvimento, portanto, destes subsídios em conjunto com discentes de PAA dentro das universidades, ganha outra dimensão, haja vista que inseri novos olhares sinalizando a necessidade de um modelo diverso e plural, previsto das Constituição Federal e no SUS, ratificando um dos pilares do SUS, a equidade⁽³⁾. Embora tenha se avançado em políticas e ações específicas para grupos em situação de vulnerabilidade, como saúde da população negra, indígenas e ribeirinhos, ressalta-se que há uma lacuna quanto discussões sobre a formação e acompanhamento desses grupos no ensino superior em cursos da área da saúde, haja vista que em sua maioria, os estudos discorrem sobre atuação dos profissionais nos serviços, com raras exceções⁽¹³⁾.

Nesse sentido, questionou-se sobre como a inclusão de tais discentes no ensino superior pode beneficiar a formação e atuação dos profissionais de saúde nos serviços, na atenção à saúde de populações vulneráveis e na construção de políticas públicas. Logo, o objetivo deste estudo foi relatar boas práticas na formação em saúde com beneficiários das ações afirmativas no percurso da pandemia e seus desdobramentos.

PERCURSO DO RELATO

Este capítulo discorre sobre uma webinar apresentada no período pós-pandemia a partir do conjunto de *lives* intitulada: “Mapeamento e sistematização de exemplos de boas práticas de adaptação de ações de saúde pública em grupos e territórios em situação de vulnerabilidade”, realizada no mês de outubro de 2022, por meio de uma plataforma virtual do Youtube: Canal ABEn Nacional. Participaram dois facilitadores e um coordenador de mesa. Teve a duração de 90 minutos.

A descrição aqui apresentada refere-se à segunda apresentação da webinar referente as ações realizadas em projetos de extensão universitária da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal do Pará e que se dividiu em dois momentos: Processo histórico e contextualização das Políticas de Ação Afirmativas (PAA) e Adaptações realizadas no contexto da Universidade Federal do Pará (UFPA).

PROCESSO HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVAS

Durante a webinar foi apresentado alguns pontos importantes quanto a igualdade e equidade na Constituição Federal de 1988, as legislações pertinentes no Brasil que irão subsidiar as PAA com destaque para a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012- Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais. Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012- Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012,

que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais.

Destacou-se, em paralelo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) via Organização das Nações Unidas (ONU) como resposta ao combate à pobreza, questões ambientais e a paz mundial. Os 17 Objetivos das ODS surgem em 2012, no rio de Janeiro. Entre os objetivos há o de número 4 que trata da educação de qualidade, que sinaliza assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos ⁽¹⁴⁾.

Diante desse cenário, as instituições de ensino superior iniciaram a inclusão da “Lei de cotas” nos editais, mobilizando os grupos envolvidos e desenvolvendo estratégias para manutenção dos beneficiários das ações afirmativas. Nesse sentido, entre as iniciativas, podemos mencionar a mobilização de entidades estudantis, desenvolvimento de assessorias, entre outras iniciativas, como a exemplo de auxílios financeiros para manutenção no percurso da formação ⁽¹⁵⁾.

Na UFPA, identifica-se as primeiras proposições e discussões para implementação das PAA por meio da resolução de nº 3.361/2005, com reserva de vagas nos cursos de graduação a estudantes de escola pública. Fato implementado a partir de 2009 por meio da reserva de vagas para Indígenas e Pessoas com deficiência, e, em 2012, reserva de vagas para quilombolas, ações realizadas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA (CONSEPE) ⁽¹⁶⁾.

No ano de 2017 foi instituída, por meio das PAA, a Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS) que atua nas unidades da UFPA, e veio como resposta da necessidade de promover igualdade. Sua função é assessorar questões sobre PAA e inclusão social com funções como planejar, coordenar e definir ações nesse pleito a partir do acompanhando políticas relativas às suas coordenadorias. Entre suas competências identifica-se programas e projetos que implementem as PAA de modo a apoiar demandas de grupos vulneráveis no âmbito da graduação e pós-graduação ⁽¹⁵⁾.

No processo de estruturação das ações e como resultado da inserção das PAA nota-se a criação da Associação de Estudantes Quilombola (AEQ), Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará (APYEUFPA) e Associação de Estudantes Estrangeiros (AEE). Lateralmente foi disponibilizado curso sobre heteroidentificação a fim de subsidiar processos seletivos especiais, que é fundamental para a homologação da autodeclaração de candidatos negros ⁽¹⁵⁾.

É possível identificar ações para além da graduação. Atualmente há PAA nos programas de pós-graduação para Residências Médicas, Multi e Uniprofissionais e nos programas de Pós-Graduação em Direito e Antropologia. As dinâmicas são resultadas de diálogos pela CONSEPE que tem identificado a demanda e subsidiado resoluções para promover a inclusão para além da graduação, subsidiando a continuidade do processo de qualificação profissional e possibilidade de diminuir as iniquidades sociais.

No entanto, percebe-se desafios enfrentados para implementação das PAA, em virtude da discriminação, déficit no preparo do corpo docente e burocracia relativas à assistência estudantil. Fatos importantes para superar a integração dos estudantes, suas diversidades e o racismo. Tais ações são identificadas no percurso da formação e potencialmente evidenciadas no período da pandemia da COVID-19 ⁽¹⁷⁾.

ADAPTAÇÕES REALIZADAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ POR MEIO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Em fevereiro de 2020 foi iniciado as atividades do Projeto de Extensão Práticas de Educação em Saúde com e para Populações Tradicionais (PESPOT) por meio da Faculdade de Enfermagem da UFPA. O projeto tinha como objetivo fomentar o treinamento de discentes para as práticas de educação em saúde por meio da construção e tecnologias educativas. Em virtude da pandemia da COVID-19, instituída em março de 2020, o

projeto que tinha como bolsista um discente indígena da etnia Tembé, necessitou adaptar-se a nova realidade. Do mesmo modo foi necessária adaptação de outro projeto intitulado “Amazônidas”, que tinha o objetivo de treinar competências e habilidades de comunicação e de tecnologia por meio da divulgação científica.

Diante das dificuldades encontradas em virtude do isolamento social, o do perfil de discentes envolvidos (indígenas e quilombolas) foi necessário realizar capacitações para o docente e treinamento dos discentes para manuseio de tecnologias digitais, assim como dos colaboradores e demais envolvidos⁽¹⁸⁾. As limitações pontuais foram: dificuldade de acesso à internet, déficit de letramento digital dos discentes e isolamento social do público-alvo do projeto PESPOT, a dizer povos indígenas e comunidades quilombolas. Destaca-se que como o objetivo era realizar treinamento de discentes para fins de alcançar competências e habilidades, notou-se que as salas virtuais e webinars tinham potencialidades para interação entre pares e disseminação de informações das políticas específicas para grupos em situação de vulnerabilidade, reflexo do contexto vivenciado⁽¹⁹⁾.

Outro ponto pertinente, foi compreender o papel do discente que estava dentro do seu território, organizando e enfrentando com seus pares a pandemia. Logo, a participação dos discentes nas atividades relacionadas a divulgação das políticas de saúde, enfrentamento da pandemia e construção de tecnologias no formato digital foi fundamental para dar continuidade ao processo de formação em saúde e enfrentamento da COVID-19 nos territórios^(18,7).

O processo de adaptação foi promovido inicialmente pelo coordenador do projeto e implementado pelos colaboradores envolvidos, considerando a condição sanitária, o entendimento que o letramento digital é fundamental no percurso da formação no ensino superior e na necessidade de continuidade das ações de educação em saúde pré-estabelecidas. É fundamental destacar que a integração com a Associação Brasileira de Enfermagem, seção Pará, foi oportuno para divulgar as ações em nível nacional, oportunizando interações para além da UFPA e oportunizando debates sobre populações em situação de vulnerabilidade social⁽²⁰⁾.

A adaptação consistiu em adoção de novas tecnologias para mediar o ensino e a educação em saúde; reconsiderar a interação com o público-alvo a partir de uma realidade de modalidade remota. Com as novas possibilidades foi possível identificar que as práticas realizadas podem ser implementadas em treinamentos das equipes de saúde, para letramento digital e acadêmico e principalmente para divulgação científica^(18,7).

Nota-se que o impacto pode ser percebido a curto e médio prazo na formação em Enfermagem, sobretudo quanto o uso de recursos digitais para mediar treinamento, sensibilizar para os instrumentos digitais do SUS e a longo prazo em uma formação equânime, com interação entre pares e para atuação profissional, haja vista que, entende-se que houve um processo de sensibilização pela trocas realizadas nos espaços midiáticos, subsidiando novas posturas, tomadas de decisão e possibilidades de mudança de vida dos envolvidos para enfrentamento do racismo, sofrimento mental e indicadores de saúde^(18,7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas ações afirmativas trazem inúmeros benefícios, pois sua dimensão é ampla observada desde a promoção para mudança de perfil socioeconômico dos discentes, como da formação equânime pela interação dos discentes cotistas, discentes não-cotistas, docentes, gestão acadêmica e dos usuários do serviço público de saúde pela receptibilidade dos futuros profissionais formados em um cenário plural e diverso.

A partir dos processos verificou-se a necessidade de implementações para o acompanhamento dos discentes no percurso da graduação, assim como da inclusão destes na pós-graduação, a fim de ampliar o protagonismo na pesquisa e possibilitar discussão sobre peculiaridades das populações em situação de vulnerabilidade social. Quanto o papel da universidade conclui-se que tem o papel social de acompanhar os vulneráveis o que foi identificado no percurso da adaptação

AGRADECIMENTOS

A Pró-reitora de Extensão Universitária da Universidade Federal do Pará e Associação Brasileira de Enfermagem Seção Pará.

REFERÊNCIAS

1. Acosta, A. O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
2. Freitas, et al. As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2019). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2021, p. 1-33.
3. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
4. Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2.
5. Santo BS. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: Santos, Boaventura S. Reconhecer para libertar: os caminhos para o cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pág 56
6. Deus, ZAD. Caminhos Trilhados na Luta Antirracista. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
7. Araújo JS et al. Public policy for social inclusion in higher education and extension practices with ethnic groups. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. 2022, v. 75, (Suppl 2): e20210970. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0970>
8. Bergamaschi MA, Doebber MB, Brito PO. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. Rev Bras Estud Pedagog.2018;99(251):37-53. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015>
9. Chauí M. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora Unesp; 2001
10. Rodrigues et al. Ações afirmativas e formação de professores: diálogos e perspectivas a partir do NEAB/UFSCar. Roteiro. 2019; 44 (2):1-24. <https://doi.org/10.18593/r.v44i2.17417>
11. Lima, ACDS. A Educação Superior de Indígenas no Brasil Contemporâneo: Reflexões sobre Ações do Projeto Trilhas do Conhecimento. Revista História, v.1, n.2, p.169-193 [Internet]. 2012 [cited 2021 Set 13] Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/46>
12. Krenak, A. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. Saúde e Sociedade [online]. 2020; 29(3). Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200711>.
13. Nascimento VF, Hattori TY, Terças-Trettel ACP. Desafios na formação de enfermeiros indígenas em Mato Grosso, Brasil. Ciên Saúde Col. 2020; 25(1):47-56. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28952019>
14. Nações Unidas no Brasil [Internet]. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; 2022 [cited 5 nov 22]. Available from:<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
15. Assessoria de desenvolvimento de inclusão social(ADIS), Universidade Federal do Pará[Internet]. Sobre a ADIS; c2019 [cited 5 Ago 22]. Available from: <https://adis.ufpa.br/index.php/en/editoria-a>
16. Lobato SC. A Assistência Estudantil da UFPA: reflexão da condicionalidade no Programa permanência. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará, 2011
17. Braga GS, Cardoso DM. Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará. Rev Educ Pol Deb. 2022; 11(1), 362–382. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64005>
18. Castro NJC et al . Development of digital communication and information technologies in the training of indigenous and quilombola nurses. Rev Enferm UFPI. 2021; 10(1). <https://doi.org/10.26694/reufpi.v10i1.972>
19. Teixeira E et al. Technologies in pandemic times: acceleration in the processes of production and publication. Rev Enferm UFPI. 2021; 10(1). <https://doi.org/10.26694/reufpi.v10i1.802>
20. Castro NJC et al. Ações político-sociais frente à COVID-19: colaboração e produção de produtos tecnológicos. Amazonia Investiga. 2022; 11(55), 19-28. <https://doi.org/10.34069/AI/2022.55.07.2>